

CORREIO
BASTIDORESPOR
FERNANDO MOLICA

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



Senadora deverá se reunir com Alcolumbre na quarta

Nova líder diz que fará
“as conversas necessárias”

Escolhida líder do Governo para substituir Jaques Wagner (PT-BA), a senadora Teresa Leitão (PT-PE) chegou ao cargo disposta a destravar a tramitação de pautas essenciais para o Planalto, como duas propostas de emendas constitucionais: a que estabelece novos parâmetros para a segurança pública e a que acaba com a jornada de trabalho de seis por um.

“Vamos conversar muito”, disse a nova líder ao Correio Bastidores. Ela não revelou se, depois de sua nomeação, tivera algum contato com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Afirmou apenas que havia reservado passagem para desembargar ontem em Brasília e, lá, fazer pessoalmente “as conversas necessárias”.

A primeira reunião com Alcolumbre está prevista para quarta, quando ele deverá receber também deputados do PT e do Psol para tratar da PEC da seis por um.

PL evita falar sobre Michelle

Muitos integrantes do PL têm evitado dar declarações públicas sobre o problema gerado pelos vídeos em que Michelle Bolsonaro fez duras críticas ao enteado Flávio Bolsonaro, pré-candidato do partido à Presidência.

Até o sempre falante Valdemar Costa Neto, presidente da sigla, fugiu de perguntas no sábado, em Goiânia. Disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro o proibira de falar. Acrescentou que ele só daria entrevistas depois de se reunir com Michelle, o que está previsto para ocorrer amanhã.

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Valdemar: conversa com a presidente do PL Mulher

Vídeo cearense

Mas, nos bastidores, parlamentares do partido fazem coro contra a atitude da mulher de Bolsonaro. Há um inconformismo generalizado pelo fato de Michelle ter atingido Flávio no momento em que pesquisas indicavam o fim de sua queda gerada por seu pedido de dinheiro a Daniel Vorcaro. No sábado, lideranças do PL trataram de divulgar para jornalistas e integrantes do partido vídeo em que o deputado estadual Alcides Fernandes (PL-CE) faz duras críticas às falas da mulher de Jair Bolsonaro.

Crise com Ciro

Fernandes é um dos pivôs da crise com Michelle, já que deverá ser candidato ao Senado graças a um acordo que inclui o apoio do partido a Ciro Gomes (PSDB), que tentará o governo do Ceará.

A presidente do PL Mulher quer que o partido fique com Eduardo Girão (Novo) para o governo e lance a deputada federal Priscila Costa (PL) para o Senado.

Críticas e ofensa

No vídeo, Fernandes classificou a fala de Michelle de “infeliz”, disse que ela ignora a realidade da política cearense e afirmou que Jair Bolsonaro autorizara a aliança pelo PL em torno da candidatura de Ciro Gomes. A mulher do ex-presidente sempre ressalta que Gomes fizera críticas pesadas ao seu marido, a quem chamara de “ladrão de galinhas”.

PL dos EUA

O núcleo duro bolsonarista exilado nos EUA também reagiu de forma dura aos vídeos de Michelle. O ex-deputado Eduardo Bolsonaro publicou vídeos de terceiros que criticam a atuação de sua madrasta — entre eles, um do também ex-deputado Alexandre Ramagem. Mas permanece a dúvida sobre o que Jair acha disso tudo.

Prioridade

Na avaliação de parlamentares do PL, a prioridade do ex-presidente, pelo menos nesta semana, é evitar ser mandado de volta para a Papudinha pelo ministro Alexandre de Moraes. Seus advogados frisam que a arma que estava em sua casa era legal; e parentes voltaram a falar da saúde de Jair, a enfatizar as suas de solução.

Propag

Especialista em finanças públicas estaduais, o economista André Aranha diz que a adesão do Rio de Janeiro ao Propag (programa de renegociação de dívidas) vai melhorar, mas não resolver, a situação do estado. Ressalta que a dívida com a União é muito grande — R\$ 210 bilhões — e que a economia fluminense permanece estagnada.

Saída do limbo

Para ele, com o Propag, o estado sai de um “limbo jurídico”, deixa de depender de liminares do STF, consegue melhores condições de pagamento, com juros de 0%. Mesmo assim, terá obrigações pesadas, como a de quitação de 20% do total da dívida, o que pode ser compensado com a oferta de ativos e com recebimento de créditos da União.

Educação

Coordenador de análise fiscal do Centro Celso Furtado, o economista cita, como outro ponto positivo do Propag, o fato de o Estado trocar o pagamento de 1% da dívida por investimento do valor correspondente em educação. Ele critica, porém, a necessidade de contribuir para um fundo de equalização destinado a outros estados.



Decisão do STF define o que poderá ou não haver de adicionais

STF libera
pagamento de
parte dos extras
do JudiciárioSupremo mantém proibição
de alguns auxílios adicionaisPor **Beatriz Matos**

Depois de restringir o pagamento de verbas extras a magistrados e membros do Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu como ficará a situação de direitos acumulados antes da mudança de entendimento da própria Corte. A decisão mantém o endurecimento das regras para o futuro, mas autoriza, de forma excepcional, a indenização de férias, licenças-prêmio e plantões judiciais adquiridos antes de março de 2026, desde que os pagamentos sejam considerados legais pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e respeitem o limite de 35% das verbas indenizatórias.

A medida complementa o julgamento concluído em março, quando o Supremo estabeleceu critérios nacionais para limitar os pagamentos extras no Judiciário. Na ocasião, foram vedados benefícios como auxílio-alimentação, auxílio-creche, assistência pré-escolar e vantagens semelhantes, mesmo que recebam outra denominação.

Para o professor universitário e advogado Fabricio Posocco, do escritório Posocco & Advogados Associados, a decisão não representa uma

mudança de rumo, mas uma regra de transição. “O STF manteve firme o que decidiu em março. Nenhum benefício novo pode ser criado. Por outro lado, abriu uma exceção para quem já havia adquirido determinados direitos antes da mudança”, explica.

CONVERSÃO EM DINHEIRO

A principal novidade é a possibilidade de converter em dinheiro períodos de férias, licenças-prêmio e plantões que deixaram de ser usufruídos antes da decisão do Supremo por necessidade do serviço público. Antes que isso aconteça, o CNJ terá de encaminhar ao STF uma relação das verbas consideradas legais para que os pagamentos sejam referendados pela Corte.

Ao mesmo tempo, o Supremo manteve a proibição de benefícios que não tenham caráter indenizatório. Auxílio-alimentação, auxílio-creche, assistência pré-escolar e benefícios semelhantes continuam vedados.

Segundo Fabricio Posocco, o critério adotado pelo STF foi separar aquilo que efetivamente representa uma compensação por um direito não exercido daquilo que funciona apenas como um adicional remuneratório.